

A fabricação dos Lázaros

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Em 28 de junho, a população em Goiás e no Distrito Federal respirou aliviada com a morte de Lázaro Barbosa, por saber que não corria mais o risco de ser vítima dele, que havia assassinado diversas pessoas e não hesitaria em matar qualquer outra. Ao lado do alívio, lamentou que ele não tivesse sido julgado e condenado dentro dos preceitos da lei.

A prisão permitiria o julgamento para esclarecer toda dimensão da tragédia, da maldade e quais suas causas: o que fez do menino Lázaro o bandido Lázaro. Permitiria também a condenação dele para pagar por seus crimes, preso por décadas em algum cárcere de máxima segurança. Alguns até lamentam que nossa Constituição não permita pena de morte, mesmo assim, preferiam vê-lo julgado. Outros sentiram incômodo na maneira como os policiais trataram o cadáver, ainda que de um ex-bandido, como um saco de areia, jogando-o primeiro no asfalto e depois no bagageiro da caminhonete. Um tratamento que não respeitou as normas éticas, humanistas e religiosas, nem aos familiares que ele tinha. Além de ter um impacto negativo na formação das crianças e jovens que viram a cena pela televisão.

Temos razão de agradecer aos policiais que correram risco de morte para proteger a população, mas é lamentável que, ao reagir, Lázaro tenha obrigado a ação que levou à sua morte. Além dos sentimentos de alívio, agradecimento e incômodo, a morte do bandido que assassinou com brutalidade, inclusive uma criança, provoca a reflexão sobre quantos outros Lázaros estão em processo de formação enquanto ele era morto. Há Lázaros que resultam de suas próprias mentes doentias, produto da natureza, mas grande parte deles é produzida na formação que tiveram ao lon-

go da infância e da adolescência. Produto da educação ou da falta dela em casa, na escola ou na rua.

Sabe-se que muitos criminosos violentos são resultado de violências e abusos na infância, desequilíbrios de famílias desfeitas, especialmente quando sofrem ou assistem a violências dos pais contra eles. Produto de escolaridade incompleta que os levam às ruas, ou de escolaridade deficiente, sem receber valores morais, nem um ofício para que sobrevivam e se orientem no mundo moderno. Também de desespero que pode levar a pequenos crimes pela sobrevivência: se não forem punidos, são incentivados a outros crimes mais graves, se forem punidos em nossas cadeias, poderão sair delas ainda mais violentos do que entraram. Lázaro Barbosa é um desses produtos.

A imensa maioria sobrevive a todas as dificuldades sociais e aos atrativos ao crime, e se mantém dentro da legalidade, sem cair na maldade,

aguenta sem sucumbir à fábrica de violência que caracteriza a sociedade brasileira. Mas os poucos que não resistem ao abandono, à deformação, ao desespero e à cadeia, são capazes dos horrores a que assistimos nas mãos deste Lázaro e de outros como ele, já mortos, presos, ou soltos esperando em alguma esquina para cometerem novos crimes.

Não há o que fazer pelas vítimas de Lázaro. Não havia como recuperar o facínora, mas ainda é tempo de entendermos que, por ações e omissões ao longo dos anos, fizemos do Brasil uma fábrica de bandidos que poderiam ter seguido rumos diferentes na vida, integrados pacificamente à sociedade. Somos, uns mais outros menos, fabricantes de Lázaros. Não devemos nos contentar que este é o caminho a seguir: fabricar Lázaros e matá-los depois dos crimes que cometem.

Cocalzinho foi o cemitério para um Lázaro, mas o Brasil é uma ativa maternidade de outros Lázaros que desde a infância são molestados, abandonados, deseducados para ficarem desesperados na vida adulta e não resistirem às tentações do crime, nem ao impulso das mentes doentias que lhes foram implantadas pela maldade de uma sociedade perversa.

Quando não há mais jeito, ainda bem que há policiais dedicados, mas a um custo alto em vidas perdidas, mortes que deviam ter sido evitadas. Pena que prevalece a lógica que prefere os custos do combate e mortes. Em vez de ação para prevenção do crime, prefere-se matar os Lázaros depois que eles mataram pessoas inocentes e pacíficas. Há décadas optamos pelo esforço policial de prender ou matar os maus depois de seus crimes, no lugar do esforço para construir uma sociedade pacífica, que eduque, criando pessoas pacíficas e com alternativas para suas vidas.



A paz no Sul do Cáucaso está ao nosso alcance?

» ARMAN AKOPIAN

Embaixador da Armênia no Brasil

O embaixador Elkhon Polukhov do Azerbaijão publicou um artigo no *Correio Brasileiro* em que anunciou o início de uma nova era no Sul do Cáucaso, mas tentou mais uma vez distorcer a imagem da Armênia. A paz em nossa região é de fato um desejo sincero de todos os povos que ali vivem. Mas está ao nosso alcance hoje? Infelizmente, as realidades no terreno não são tão otimistas como as apresentadas no artigo.

É questionável que uma paz genuína em uma região turbulenta possa ser estabelecida por meio de uma violação grosseira do direito internacional. A agressão contra Artsakh (Nagorno-Karabakh) desencadeada pelo Azerbaijão com o forte envolvimento de terceiros, incluindo mercenários islâmicos, resultou na guerra mais brutal do século 21, com milhares de vítimas de ambos os lados.

Foi uma violação não só do direito internacional em geral, mas também dos princípios básicos da resolução do conflito com os quais o Azerbaijão concordou — não uso da força e a ameaça do uso da força, a resolução do conflito exclusivamente por meio de negociações sob a mediação dos EUA, Rússia e França. Hoje, o Azerbaijão está tentando criar a ilusão de que o conflito de Nagorno-Karabakh não existe mais. No entanto, o conflito ainda existe e aguarda sua resolução final que só pode ser alcançada por meios pacíficos.

A conduta destrutiva do Azerbaijão contradiz sua própria propaganda. Quase todos os artigos dos acordos que encerraram a guerra estão sendo violados por Baku. O destino dos prisioneiros de

guerra armênios é o exemplo mais cínico e desumano de tais violações.

Os acordos obrigaram ambos os lados a trocarem todos os prisioneiros de guerra incondicionalmente e, enquanto a Armênia respeitou seus compromissos, o Azerbaijão continua detendo dezenas de prisioneiros armênios e tenta usá-los como moeda de troca, como um instrumento de pressão sobre a Armênia. Ainda mais, o Azerbaijão declarou os prisioneiros armênios “terroristas”, encenou procedimentos propagandísticos no tribunal e sentenciou muitos deles a anos de prisão.

Colocar um armênio na prisão no país, onde um homem que decapitou um armênio adormecido foi declarado herói nacional, equivale a uma sentença de morte. O tratamento dos prisioneiros de guerra como terroristas é um fenômeno sem precedentes que vai além de todas as convenções internacionais, transgride os limites da dignidade humana e aguarda sua condenação pela comunidade internacional. Felizmente, alguns prisioneiros foram eventualmente libertados por causa da forte pressão da União Europeia, de vários países e organizações internacionais e dos esforços de mediadores internacionais.

O Azerbaijão segue uma política de intimidação e guerra psicológica. Provocações nas fronteiras e incursões em território armênio tornaram-se uma rotina diária. O incidente com a mina, mencionada pelo embaixador Polukhov, é uma das provocações mais recentes. Não passa um dia sem que o presidente Aliyev soe novas ameaças contra a Armênia, misturadas com discurso de

ódio contra armênios. O vergonhoso Park de Troféus em Baku, que exhibe degradantes figuras de cera de soldados armênios moribundos, tornou-se um lugar onde as crianças azeris recebem aulas de patriotismo. Aparentemente, hoje toda a noção de patriotismo no Azerbaijão é baseada no ódio aos armênios. Ao cultivar esses instintos primitivos, o regime de Aliyev tenta desviar a atenção de seus próprios abusos flagrantes dos direitos humanos e canalizar o crescente protesto da sociedade civil contra o inimigo externo.

O tratamento do patrimônio cultural cristão armênio nas regiões sob controle azeri é uma outra questão de extrema preocupação. O Azerbaijão tenta eliminar todas as evidências da presença milenar dos armênios em Artsakh e arredores. Antigos mosteiros, igrejas, cemitérios, esculturas e afrescos armênios estão sob ameaça de destruição, alguns já foram destruídos, alguns estão sendo modificados para esconder suas características armênias distintas. O próprio presidente Aliyev ordenou a eliminação de antigas inscrições armênias de uma igreja que ele declarou “não armênia”. Essa é uma manifestação da política de estado que visa apresentar o patrimônio cultural cristão armênio como pertencente aos outros povos.

Sim, todos nós queremos paz e estabilidade para nossa região. Mas, para atingir esse objetivo, esse desejo deve ser sincero e livre do pesado legado da guerra. Estamos no início de um longo caminho que nem a Armênia, nem o Azerbaijão podem terminar sozinhos, um sem o outro. Só assim a paz finalmente estará ao nosso alcance.

Telemedicina deve ser estimulada, e não sofrer restrições

» CLAUDIO LOTTENBERG

Presidente do Instituto Coalizão Saúde e do Conselho do Hospital Albert Einstein

A telemedicina foi o instrumento que, no auge da pandemia de covid-19, contornou as dificuldades impostas pelo isolamento social e permitiu que milhões de pessoas no mundo todo continuassem a receber diagnósticos e orientações para tratamentos. No Brasil, onde a prática foi autorizada, temporariamente em abril do ano passado, por meio da Lei nº 13.989/20, especialistas discutem sua regulamentação permanente em uma consulta pública. Democrático por natureza, o debate ajuda a nortear a política pública sobre saúde no Brasil.

A pandemia causou mais de meio milhão de mortos e contabiliza cerca de 20 milhões de casos no país. É o nosso maior problema, mas não o único. Eventuais restrições à prática da telemedicina podem agravar o quadro da saúde pública, pressionado pelo número crescente de pessoas convalescentes que exigem cuidados maiores enquanto se recuperam da covid-19.

O Conselho Federal de Medicina, por meio de algumas de suas seções estaduais, tem se manifestado contra a possibilidade de a primeira consulta ser remota, sob o argumento de que a distância afetaria o grau de confiança que deve haver entre o médico e o paciente. Embora legítima, a preocupação não procede. Os longos meses de pandemia demonstraram que relacionamentos dessa natureza não dependem da proximidade física. Uma consulta presencial, se rápida e burocrática, não reverterá em benefício ao paciente.

A tela do computador tem aproximado interlocutores, com resultados que podem ser medidos pelo grau de satisfação dos que recorrem a esse atendimento. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o National Health Service (NHS), o sistema de saúde que serve de inspiração para o nosso SUS, preconiza que a primeira consulta deve ser digital.

A pergunta que deve ser feita é: se a telemedicina atende aos interesses da coletividade, por que deveria sofrer restrições? Se o recurso tem sido útil, por que impedir que o primeiro contato com o paciente seja viabilizado pelos canais disponíveis na internet? Ou por que impor, em alguns casos, a consulta presencial? É claro que pacientes que requeiram exame clínico devem passar por uma consulta presencial. Mas cabe ao médico decidir, e não a um órgão de classe. Ele tem plena autonomia para determinar se será necessário, ou não, ver o doente para completar o diagnóstico feito na teleconsulta. E a prática tem mostrado que, em geral, o médico dispõe, por meio da telemedicina, de todos os elementos necessários para chegar ao diagnóstico correto.

Outras preocupações aventadas na consulta pública parecem desfocadas. Fala-se, por exemplo, em regionalizar a teleconsulta. Ou seja, os médicos deveriam ser da mesma região em que reside o paciente. Trata-se de uma restrição que carece de sentido, uma vez que a distância entre as duas partes não tem nenhuma relevância. Outra preocupação que parece exagerada é relacionada à segurança dos dados do paciente. Ora, uma conexão desse tipo — desde que se usem plataformas seguras, que é o padrão da telemedicina — não é mais arriscada do que as que se fazem aos milhões todos os dias no sistema bancário. Além disso, a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais tem oferecido um ambiente virtual mais seguro.

Quanto ao argumento de que a desigualdade social e as dificuldades de acesso à internet inviabilizam a telemedicina para grande parte da população, está malformulado. O problema, no caso, são as políticas sociais, e não a medicina praticada a distância. Se muitos brasileiros não têm acesso à telemedicina, a solução seria dar-lhes os meios, e não limitar o direito de quem tem o acesso. O mundo todo enfrenta uma crise sem precedentes de saúde pública. Mais da metade da população mundial não tem acesso a condições básicas de saúde, de acordo com o Banco Mundial e a Organização Mundial da Saúde.

As despesas de saúde seguirão crescendo em média 5,4% por ano. Cem milhões de pessoas têm a vida financeira arruinada por gastos abusivos com saúde. Quanto mais a população envelhece, mais grave a situação. Até 2050 a população com mais de 60 anos mais que dobrará em relação aos atuais 2,1 bilhões de pessoas. E o que estamos fazendo para aumentar a acessibilidade? Estamos por acaso trabalhando para atender a uma demanda que exigirá mais 80 milhões de profissionais de saúde entre médicos e enfermeiros até 2030?

Hospitais no mundo todo estão lotados. Os erros médicos se acumulam, e são responsáveis por mais de 250 mil mortes, nos países em que a documentação é possível. Nos Estados Unidos, onde faltam até 90 mil profissionais de saúde, erros médicos são a terceira causa de morte. Diante desse quadro, por que não estimular ainda mais a telemedicina? Por que a resistência em usar a inteligência artificial? Não podemos nos dar ao luxo de recuar entrar nesse mundo, que simplifica o acesso à saúde e melhora a segurança da prática assistencial.